

A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS-SOLIDÁRIOS E SUSTENTÁVEIS, E, A EDUCAÇÃO E SÓCIO-ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCUBADORA DA UNEMAT

Clovis Vailant

Dilma Lourença da Costa

Rogério de Oliveira Costa

A equipe da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Sustentáveis da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* de Cáceres, que retomou os trabalhos em dezembro de 2003, realizou, em janeiro de 2005, uma avaliação do processo de incubação desenvolvido a partir da metodologia apresentada pela coordenação do grupo de trabalho de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO. Desta reflexão resultou uma nova apresentação, com acréscimos, da metodologia. Esta nova sistematização e compreensão, derivadas, sobretudo, do acúmulo de debates sobre a polissemia conceitual da Economia Solidária e da opção pela definição “Sócio-Economia Solidária” e, ainda, antecedida pelo conceito “Educação” que, no contexto que utilizamos, está referenciado na proposta de Educação Popular de Paulo Freire.

A partir daí reafirmamos nossa atuação a partir da reflexão de Zart, 2004, p. 174:

A classe trabalhadora, organizada e em movimento, representa o sujeito coletivo de invenção de configurações sociais que superam o privatismo e a exclusão social. Esta perspectiva, no entanto, não poderá ser compreendida a partir de visões políticas e filosóficas ingênuas, que obscurantizam os fenômenos psicossociológicos da alienação, das ideologias dominantes das classes dominantes, que estão impregnadas nas representações e nas atitudes das classes dominadas. Como Marx já explicitou, é-nos necessário a evidenciação dos fenômenos sócio-históricos que fundamentam os processos sociais e que alicerçam as formações sociais de todos os tempos históricos. A razão crítica terá a capacidade de dialetizar os processos se houver a clarificação dos mecanismos de dominação e, por outro, os meios e os princípios de libertação, que somente poderá ocorrer em espaços sociais abertos, dialógicos, portanto políticos, e afirmativamente públicos.

E, então, concluímos que a Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis, além de uma ação de inclusão econômica, é um processo educativo que tem por horizonte a “tendência utópica superadora” (Ibidem, p. 175).

A metodologia, acrescida destas reflexões, demonstrou que o primeiro horizonte temporal de duração do “processo” de incubação que tínhamos, dois anos, no mínimo deveria ser dobrado. A etapa, antes denominada de primeiros contatos, passou a ser uma fase que comumente chamamos de pré-incubação e que pode ter uma duração de 6 a 12 meses. Em seguida, após uma avaliação, inicia-se o processo de incubação. Passemos às reflexões desenvolvidas pela equipe de Cáceres.

1. O Processo de Incubação

1.1 Pressupostos

Quando afirmamos que o resultado econômico não é o único que queremos como resultado do processo de incubação, estamos apontando, então, outros compromissos com os grupos parceiros, dos quais destacamos: compromisso ético; respeito e inclusão, no plano de trabalho e no cotidiano de ações, dos saberes do grupo e da equipe e das experiências e relações do/no mundo do trabalho; formação para a autogestão; o grupo social no centro das ações e a autonomia a partir do pressuposto do “fazer com” e não “fazer para”.

1.1.1 Compromisso Ético

Nas reuniões, nas palestras, nos cursos e nas oficinas, ou seja, nas ações formativas tradicionais que foram desenvolvidas, sempre que a proposta de sociedade da Economia Solidária se apresenta, fica evidente a posição progressista e, portanto, são levantados questionamentos. Estes questionamentos devem ser esclarecidos com a sinceridade, pois, de acordo com Freire, 2002, p. 79:

Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo. O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos.

Ao assumirmos nossa opção política por um projeto societal distinto, fundado na solidariedade, declaramos nossa opção pelo enfrentamento das lógicas mercadológicas capitalistas e pela construção do socialismo fundado em um modelo elaborado dialogicamente no processo de “fazimento” desta “outra economia”. Numa clara tática de participar deste “mercado”, os empreendimentos resultantes deste processo serão atividades econômicas não-capitalistas experimentando práticas e realizando reflexões num conjunto de ações de cooperação intra-empresarial e extra-empresarial.

1.1.2 Respeito e Inclusão de Saberes dos Trabalhadores e das Trabalhadoras

É necessário avançar neste campo, não é mais possível apenas “respeitar” saberes e, sim, devemos incluí-los no planejamento das atividades da incubadora. Os trabalhadores e as trabalhadoras trazem experiências do/no mundo do trabalho que foram adquiridas não só em relações empregatícias, mas também, nos trabalhos do campo, da casa, do mutirão, ou seja, do trabalho individual ao coletivo, todas as experiências devem ser o ponto central do plano de educação popular na Sócio-Economia Solidária.

O fundamental é compreender com clareza o processo educativo dominador e alienante desenvolvido por empresas e pelo mercado em geral. Esta educação fundada no direito do trabalho se contrapõe à que desenvolvemos e que se fundamenta no direito ao trabalho. Nas empresas capitalistas os trabalhadores e trabalhadoras são preparados para o individualismo exagerado, onde vale até “passar” por cima do adversário que, em geral, é seu colega de labor. Há ainda uma iniciativa de transformar os trabalhadores e trabalhadoras em “colaboradores”, numa

clara tentativa de se apropriar das vantagens do trabalho cooperado, pois o mesmo é mais produtivo e satisfatório e, portanto, seria mais lucrativo para o capitalista, aumentando a produtividade e a satisfação dos trabalhadores e trabalhadoras, se eles, ao invés de se sentirem empregados, sentissem-se “colaboradores e colaboradoras”.

Aliada deste processo tem-se a mídia que, de forma majoritária, ajuda a desenvolver este processo educativo alienante que se propõe a aprofundar as características capitalistas da sociedade, reafirmando a competitividade e o individualismo. Portanto, a inclusão e respeito que devemos ter aos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras no processo devem levar em consideração tais fatos e buscar desmistificar conceitos e saberes impostos na lógica capitalista.

1.1.3 A formação para a autogestão

Como contraponto à educação capitalista, propomos a formação para a autogestão, que é para a Educação Popular, dar centralidade ao direito ao trabalho e não ao direito do trabalho incrustado na formação para o mercado. A formação para a autogestão pressupõe o compromisso da liberdade em contraponto à lógica da subordinação na empresa capitalista. A proposta é ter clareza de que no capitalismo o resultado do trabalho e o próprio trabalho não estão na mão dos trabalhadores e que, na Sócio-Economia Solidária, o trabalhador e a trabalhadora tomam em suas mãos o destino do resultado do trabalho e controlam também o processo do trabalho, retomando assim, a liberdade.

1.1.4 A Centralidade do Grupo Social

Ao afirmarmos a Centralidade do Grupo Social no processo de incubação, estamos dizendo que nem as questões técnicas, científicas e de formação da equipe da incubadora são o centro do trabalho. O grupo social, também, não é alvo do trabalho e, sim, membro deste processo educativo, não deve haver relação de subordinação ou qualquer tipo de hierarquia. O que deve se estabelecer é uma relação de confiança, de troca de experiências e sobretudo, um planejamento conjunto e participativo. As assessorias na educação e sócio-economia solidária não prestam “serviços” para os empreendimentos ou os ajudam, pois se assim agem não estão praticando a solidariedade que propomos. Na concepção tradicional da palavra solidariedade deve-se “dar a mão”, na concepção que temos o que propomos é caminhar lado a lado com os empreendimentos.

1.1.5 A Autonomia

Logo nos primeiros contatos, dizemos aos membros dos grupos sociais que não iremos fazer nada “para” eles e sim “com” eles. Tal afirmação é para marcar posição em relação ao compromisso que temos de gerar nenhum tipo de dependência do Grupo Social com a incubadora, caso contrário, não adianta desenvolver todo o processo de incubação no intuito de dar aos trabalhadores e trabalhadoras o controle do processo de trabalho e mudar a dependência do mercado capitalista para as assessorias.

1.2 A Pré-incubação

O conjunto de ações que desenvolvemos com os grupos no início da, ainda, possibilidade de parceria, denominamos de pré-incubação, esta fase é organizada em três etapas, quais sejam: primeiros contatos, diagnóstico participativo e avaliação.

1.2.1 Primeiros Contatos

Nesta etapa realizamos várias reuniões. Na primeira reunião, que denominamos de conhecimento mútuo, nós apresentamos a equipe: quem somos, o que

propomos fazer e o que é o movimento de Economia Solidária e, ainda, ocorre uma apresentação dos componentes do grupo presentes na reunião.

Nos encontros seguintes, iniciamos o levantamento da história do grupo, de seus componentes e do lugar geográfico. A dinâmica mais utilizada tem sido a da linha do tempo, que tem permitido traçar a trajetória dos componentes com destaque para momentos, considerados por eles positivos e negativos. Além disto, este levantamento tem promovido, devido a dinâmica demográfica do estado de Mato Grosso, que pessoas descubram a mesma origem e até convivência espacial e temporal em uma mesma cidade ou região do país. Conhecer-se, conhecermo-nos, membros e equipe, isto tem proporcionado relações internas com menos conflito.

As demandas para o processo de incubação também são levantadas, inicialmente, nos primeiros contatos. Os contextos e experiências do/no mundo do trabalho, das trabalhadoras e trabalhadores levantados, são os indicativos desta demanda, porém serão congeladas para serem retomadas no diagnóstico participativo.

Aplicamos, nesta etapa, o questionário sócio-econômico que auxiliará no planejamento das ações, este instrumento será a base a ser inserida no banco de dados da rede UNITRABALHO. Como instrumento de trabalho temos o caderno de campo que tem se mostrado eficiente como fonte de registro. Os registros anteriores eram feitos por um/uma componente da equipe da incubadora e, em avaliação realizada, concluiu-se que muitas informações eram perdidas e os detalhes esquecidos.

1.2.2 Diagnóstico Participativo

Após a aquisição de certo grau de confiança entre a equipe da incubadora e os membros dos grupos, iniciamos o procedimento de diagnóstico participativo. Este diagnóstico começa com a sistematização dos dados constantes nos registros das reuniões anteriores e, a partir destes, apresentamos um resumo das experiências do/no mundo do trabalho dos membros dos grupos, exemplo: no Grupo de Artesanato Cacerense-GAC²⁷ a maioria das mulheres já havia tido experiência com corte e costura e este dado foi o início dos debates do planejamento. Este diagnóstico participativo é o início do planejamento participativo e servirá de base para esta etapa já na incubação.

Participar do planejamento, tido como formal, não é habitual para o público alvo do processo de incubação, porém estes trabalhadores e trabalhadoras sempre planejaram e exercitam cotidianamente este ato em suas vida, na organização do lar e do trabalho. Cabe ao coletivo, equipe da incubadora e membros dos grupos, locar este planejamento no campo do cotidiano, ou seja, neste campo que os trabalhadores e as trabalhadoras operam costumeiramente.

A partir destas contestações é que buscamos aprofundar as relações entre todos para que este diagnóstico faça sentido e seja verdadeiro para ser apropriado pelo coletivo envolvido. Desta forma, está superada a afirmação anterior de que deve-se respeitar a diversidade existente entre os trabalhadores e as trabalhadoras bem com a sua história no processo de planejamento de ações de educação popular, em seu lugar entra a afirmação de que tais características devem ser incorporadas coletivamente na ação de diagnóstico e de planejamento. Realizar **com** e não **para** os trabalhadores e trabalhadoras, é o desafio que buscamos superar.

²⁷ O Grupo de Artesanato Cacerense é grupo já em processo de incubação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Universidade do Estado de Mato Grosso em Cáceres.

Esta superação supra citada buscamos com o que chamamos de formação básica em Cooperativismo Popular que, na pré-incubação, inicia-se com o curso básico em Economia Solidária. Neste curso, planejado no coletivo, desenvolvemos os seguintes conceitos: economia, solidariedade, trabalho e suas adjetivações tais como: economia de mercado, economia solidária e outros. Nestes momentos de educação popular, buscamos, coletivamente, nos apropriar destes conceitos com o compromisso de ressignificá-los e reapreendê-los na perspectiva da educação libertadora que orienta nossos trabalhos.

1.2.3 Avaliação

Após as etapas anteriores realizamos a avaliação geral dos trabalhos, em conjunto, e definimos se o grupo passará para o processo de incubação. Lembrando-lhes dos compromissos que a partir de então serão assumidos. Tal avaliação é fundamental para os trabalhos futuros, pois a partir desta é que serão reorientadas as ações a serem desenvolvidas na Incubação.

1.3. A Incubação

A incubação propriamente dita inicia-se com a assinatura de um termo de compromisso entre o grupo social e a incubadora. Anexo a este termo de compromisso segue um plano de trabalho com as ações relativas a cada etapa do processo de incubação. As etapas da incubação citadas abaixo forma adaptadas de EID (2004) e são estas que orientam a elaboração do plano de trabalho.

1. Compreensão sobre trabalho associativista em relação ao trabalho assalariado: Nesta fase utiliza-se de estratégias que permitam debater os aspectos distintos do trabalho associativista do trabalho assalariado. Durante os debates, cursos, palestras que ocorrerem se buscará esclarecer as funções a serem ocupadas por cada trabalhador, bem como, deve-se decidir a opção, preferencial, pela politécnica, esclarecendo as dificuldades e ganhos de tal opção.

2. Avaliação de alternativas e decisão sobre atividade fim do empreendimento: Realizar-se-à, nesta fase, um estudo de viabilidade do EES, a partir de estudos sobre concorrência, fornecedores, análise das cadeias produtivas. Fundamentais serão aos estudos sobre investimentos, capital de giro e possíveis origens de tais recursos. Será elaborado, nesta fase, o plano de negócios para o EES.

3. Capacitação técnica: Momento de capacitação para etapas específicas do processo produtivo, ocorre paralela a etapa anterior a qual fica mais por conta da equipe da incubadora. Ao final, cada trabalhador(a) deverá compreender, todo o processo de trabalho em termos teóricos e práticos.

4. Capacitação administrativa: Concomitante com as duas etapas anteriores, nesta as oficinas, cursos e palestras visam à formação a respeito dos conceitos e termos ligados a democracia; envolvimento formal e efetivo; distribuição de sobras, os papéis das instâncias a serem constituídas no futuro estatuto; formas de democratização da informação. Dar-se-á especial ênfase nas vantagens e dificuldades da autogestão, de forma a se fazer claros, os meios de gestão administrativa, contábil e comercial do EES. Merecerá destaque de marketing, comercialização, e qualidade do projeto.

5. Elaboração do Estatuto e Regime Interno: Inicia-se com uma apresentação e os esclarecimentos iniciais sobre as características e as funções de um estatuto específico para aquele tipo de empreendimento. Faz-se uma leitura crítica de um estatuto modelo para uma associação, uma cooperativa ou empresa

autogestionária salientado os direitos e deveres de cada sócio-trabalhador ou cooperado e de cada membro da diretoria, do conselho fiscal, da comissão de ética, além da função das diferentes assembléias, da constituição de fundos obrigatórios, da divisão das sobras, da constituição e da divisão do capital social.

6. Legalização do empreendimento: levantamento de documentos necessários para legalização do empreendimento e acompanhamento para que cada pessoa do grupo consiga providenciar rapidamente. Pagamento de taxas e envio de documentos aos órgãos competentes. No caso de uma cooperativa, na Junta comercial, Receita Federal, Prefeitura Municipal, postos fiscais, etc. Anexam-se os documentos necessários de cada integrante do grupo, a ata de fundação e o estatuto para obtenção do Cadastro Nacional de pessoa Jurídica (CNPJ), Alvará de Funcionamento, Inscrição Estadual.

7. Assessoria para inserção do empreendimento de economia solidária no mercado, conquista da autonomia e fim do processo de incubação.

8. Assessoria no processo de inserção dos produtos e/ou serviços no mercado através da implementação do marketing estratégico.

9. Busca de articulação e de integração com outros empreendimentos de economia solidária para formação de redes de cooperação.

10. Assessoria no desenvolvimento das atividades internas.

11. Avaliação do grau de autonomia do grupo.

12. Conquista da autonomia pelo grupo.

13. Final do processo de incubação.

Estes grupos sociais que buscam organizar-se e auto-gerirem sua vida econômica na forma de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis o fazem por necessidade de superarem sua condição de oprimido e por isso toda a incubação busca o processo educativo dos membros dos grupos em três frentes: cooperativismo popular e sócio-economia solidária, técnico voltado ao produto e de gestão com base na autogestão. Estas frentes buscam proporcionar aos trabalhadores e às trabalhadoras subsídios que os permitam ser solidários e compreenderem que, ainda o mercado que participarão é o capitalista, daí a necessidade de avançar para outras organizações nascentes como a REMSOL – Rede Matogrossense de Educação e Sócio-economia Solidária. O caminho se inicia, se mostra-se longo, porém reconfortante, porque é libertador, autônomo e solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EID, Farid. Metodologia de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. In: ZART, Laudemir Luiz. *Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e Sociedade*. Cáceres: UNEMAT Editora, 2004. p. 275-289.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ZART, Laudemir Luiz. As possibilidades de Construir uma Sociedade Alternativa: A sócio-Economia Solidária. In: ZART, Laudemir Luiz. *Educação e Sócio-Economia Solidária: Paradigmas de Conhecimento e Sociedade*. Cáceres: UNEMAT Editora. 2004. p. 275-289.